

STJ00096415

LUIZ REGIS PRADO

**Curso de Direito Penal
Brasileiro**

volume 1

Parte Geral – Arts. 1.º a 120

12.ª edição
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Curso de DIREITO PENAL BRASILEIRO

Luiz Regis Prado

Volume 1

Parte Geral

arts. 1.º a 120

12.ª edição revista,
atualizada e ampliada

1.ª edição: 1999; 2.ª edição: 2000; 1.ª tiragem: março de 2001; 3.ª edição: 2002; 1.ª tiragem: setembro de 2002; 2.ª tiragem: agosto de 2003; 4.ª edição: 2004; 5.ª edição: 2004; 1.ª tiragem: maio de 2005; 6.ª edição: 2006; 1.ª tiragem: junho de 2006; 7.ª edição: 2007; 8.ª edição: 1.ª tiragem: abril de 2008; 2.ª tiragem: fevereiro de 2009; 9.ª edição: 2010; 10.ª edição: 2010; 11.ª edição: 2012.

© desta edição
[2013]

0190

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

GISELLE TAPAI
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS: Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Visite nosso *site*
www.rt.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor
sac@rt.com.br

Impresso no Brasil
[01.2013]

Universitário texto

Fechamento desta edição
[20.12.2012]



EDITORA AFILIADA

ISBN 978-85-203-4639-6

SUMÁRIO

Prefácio à 1.ª Edição	9
Prólogo a la Tercera Edición	13
Nota do Autor à 11.ª Edição	17
Nota do Autor à 10.ª Edição	19
Nota do Autor à 9.ª Edição	21
Nota do Autor à 8.ª Edição	23
Nota do Autor à 7.ª Edição	25
Nota do Autor à 6.ª Edição	27
Nota do Autor à 4.ª Edição	29
Nota do Autor à 3.ª Edição	31
Lista de Abreviaturas	47
Bibliografia Geral	51

Primeira Parte – Introdução

I. Direito Penal

Doutrina	66
1. Conceito, funções e caracteres	70
2. Ciência do Direito Penal, Política Criminal e Criminologia	72
3. Direito Penal e outros ramos do ordenamento jurídico: delimitação	73
3.1 Direito Penal e Direito Constitucional	73
3.2 Direito Penal e Direito Administrativo	75
3.3 Direito Penal e Direito Processual Penal	77

3.4	Direito Penal e Direito Privado	78
	Quadro sinótico	78
	Questões aplicativas	80
II. Síntese Histórica do Pensamento Jurídico-Penal		
	Doutrina	84
1.	Direito Penal romano	85
2.	Direito Penal germânico	88
3.	Direito Penal canônico	90
4.	Direito Penal comum	93
5.	Período humanitário. Movimento codificador	96
6.	Escolas e tendências penais	98
6.1	Escola clássica	98
6.2	Escola positiva.....	100
6.3	Escola crítica	102
6.4	Escola moderna alemã.....	103
6.5	Escola penal humanista.....	104
6.6	Escola técnico-jurídica	105
6.7	Escola correccionalista.....	106
6.8	Movimento de defesa social.....	107
7.	Evolução epistemológica do Direito Penal: fases principais	109
7.1	Positivismo.....	109
7.2	Neokantismo.....	112
7.3	Finalismo	117
7.4	Normativismo	121
7.4.1	Normativismo teleológico-funcional	121
7.4.2	Normativismo funcionalista sistêmico	123
8.	Apreciação crítica.....	125
9.	Garantismo jurídico-penal	129
10.	Direito Penal do inimigo	131
11.	Evolução histórica do Direito Penal brasileiro.....	138
11.1	Período colonial	138
11.2	Código Criminal do Império	141
11.3	Período republicano	144
	Quadro sinótico	145
	Questões aplicativas	150
III. Princípios Fundamentais do Direito Penal		
	Doutrina.....	155

Introdução	155
1. Princípio da legalidade ou da reserva legal	158
1.1 Conteúdo e fundamento	158
1.2 Garantias e consequências	161
2. Princípio da dignidade da pessoa humana	163
3. Princípio da culpabilidade	166
4. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos	168
5. Princípios da intervenção mínima e da fragmentariedade	171
6. Princípios da pessoalidade e da individualização da pena	172
7. Princípio da proporcionalidade	173
8. Princípio da humanidade	176
9. Princípio da adequação social	178
10. Princípio da insignificância	182
11. Princípio do <i>ne bis in idem</i>	184
12. Princípio da segurança jurídica	187
Quadro sinótico	189
Questões aplicativas	191

IV. Teoria da Lei Penal

Doutrina	195
1. Fontes do Direito Penal	195
1.1 Costume	198
1.2 Jurisprudência	199
1.3 Doutrina	200
2. Norma e lei penal	201
2.1 Conceito	201
2.2 Estrutura lógica da norma jurídico-penal	209
3. Lei penal em branco	214
4. Interpretação e aplicação da lei penal	217
4.1 Interpretação	217
4.2 Aplicação	226
4.2.1 Argumento analógico	226
4.2.1.1 Argumento analógico, norma penal incriminadora e não incriminadora – limitações	227
4.2.2 Princípios gerais de Direito	229
4.2.3 Equidade	230
5. Âmbito temporal da lei penal	231
5.1 Irretroatividade e retroatividade da lei penal favorável	231
5.2 Lei excepcional ou temporária e lei penal em branco	233

5.3	Tempo do crime.....	234
6.	Âmbito espacial da lei penal	235
6.1	Princípios fundamentais	235
6.2	Conceito de território nacional	236
6.3	Lugar do delito	238
6.4	Extraterritorialidade.....	239
6.4.1	Imunidade diplomática	240
6.4.2	Imunidade parlamentar.....	242
6.5	Extradição	245
6.5.1	Conceito e espécies	245
6.5.2	Princípios e condições.....	246
6.5.3	Limitações à extradição	247
6.6	Deportação e expulsão	257
6.7	Direito Penal Internacional. Estatuto do Tribunal Penal Internacional	258
7.	Concurso aparente de leis penais	272
7.1	Conceito e pressupostos.....	272
7.2	Crítérios para a resolução do concurso aparente de leis.....	275
	Quadro sinótico	279
	Questões aplicativas	284

Segunda Parte – Teoria Jurídica do Delito

I. Conceito de Delito

Doutrina.....	292
1. Conceitos.....	293
2. Classificação das infrações	300
2.1 Classificação doutrinária.....	302
Quadro sinótico	309
Questões aplicativas.....	311

II. Bem Jurídico-Penal: Conceito e Delimitação

Doutrina.....	313
1. Bem jurídico, objeto da conduta e substrato do bem jurídico	313
2. Bem jurídico e função.....	317
3. Bem jurídico individual e transindividual	320
Quadro sinótico	322
Questões aplicativas.....	322

III. Ação e Omissão

Doutrina	326
1. Conceito de ação e de omissão	326
1.1 Teorias causais	330
1.2 Teoria social	332
1.3 Teoria finalista	333
1.4 Teorias teleológicas ou funcionalistas	339
1.5 Teoria da ação significativa	342
2. Relação causal	344
2.1 Conceito e teorias	344
3. Teoria da omissão	350
3.1 Delitos omissivos: divisão	356
4. Ausência de ação e de omissão	369
5. Teoria da imputação objetiva do resultado	370
5.1 A origem moderna: Karl Larenz e Richard Honig	371
5.2 A concepção de Claus Roxin	372
5.2.1 Diminuição do risco	373
5.2.2 Criação ou não criação de um risco juridicamente relevante ..	374
5.2.3 Aumento do risco permitido	375
5.2.4 Âmbito de proteção da norma	375
5.2.5 Compreensão do resultado no âmbito de proteção da norma (ou do tipo)	377
5.2.6 A realização do plano do autor	377
5.3 A imputação objetiva como teoria do tipo (objetivo): a concepção de Jakobs	378
5.4 Apreciação crítica	381
Quadro sinótico	386
Questões aplicativas	388

IV. Delito como Ação Típica

Doutrina	390
1. Conceito de tipo	390
2. Tipicidade e ilicitude	393
3. Desvalor da ação, desvalor do resultado e desvalor do estado	395
4. Classificação estrutural dos tipos	398
5. Tipo de injusto de ação doloso	400
5.1 Tipo objetivo e tipo subjetivo	400
5.2 Elemento subjetivo geral: o dolo	403
5.3 Elemento subjetivo do injusto (elemento subjetivo especial do tipo)	413

6.	Tipo de injusto de ação culposo.....	415
6.1	Conceito e elementos	415
6.2	Modalidades de culpa	419
6.3	Espécies de culpa.....	420
6.4	Dolo eventual e culpa consciente	421
6.5	Delito culposo e imputação objetiva.....	423
	Quadro sinótico	426
	Questões aplicativas	429
V. Delito como Ação Ilícita		
	Doutrina.....	432
1.	Ilicitude.....	432
2.	Causas de justificação	435
2.1	Estado de necessidade	438
2.1.1	Conceito e fundamento	438
2.1.2	Requisitos.....	443
2.2	Legítima defesa.....	444
2.2.1	Conceito e fundamento	444
2.2.2	Requisitos.....	447
2.3	Estrito cumprimento de dever legal.....	449
2.3.1	Conceito e fundamento	449
2.3.2	Colisão de deveres	450
2.3.3	Requisitos.....	451
2.4	Exercício regular de direito	451
2.4.1	Conceito e fundamento	451
2.4.2	Requisitos.....	455
2.5	Consentimento do ofendido.....	455
2.5.1	Conceito.....	455
2.5.2	Funções e fundamento	456
2.5.3	Requisitos.....	458
	Quadro sinótico	458
	Questões aplicativas	459
VI. Delito como Ação Culpável		
	Doutrina.....	463
1.	Conceito.....	463
2.	Evolução dogmática da culpabilidade	468
3.	Conceito material de culpabilidade.....	476
4.	Elementos da culpabilidade	478

4.1	Imputabilidade.....	478
4.1.1	Causas de exclusão da imputabilidade	480
4.2	Potencial consciência da ilicitude.....	484
4.3	Exigibilidade de conduta diversa.....	485
4.3.1	Causas de exclusão de exigibilidade de conduta diversa ou causas de inexigibilidade de conduta diversa	485
5.	Teoria do erro	490
5.1	Teorias.....	492
5.1.1	Teorias do dolo (esquema causal).....	492
5.1.2	Teorias da culpabilidade (esquema finalista).....	493
5.2	Espécies de erro.....	496
	Quadro sinótico	501
	Questões aplicativas	502

VII. Etapas da Realização do Delito

	Doutrina.....	506
1.	Consumação e tentativa – Conceito e elementos.....	506
2.	Fundamento da punibilidade da tentativa.....	509
3.	Preparação e execução – Limites	510
4.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz	513
4.1	Conceito e requisitos.....	513
4.2	Natureza jurídica.....	515
5.	Arrependimento posterior.....	517
6.	Crime impossível	520
7.	Crime impossível e delito putativo.....	522
8.	Intervenção predisposta da autoridade e atuação do agente provocador	523
	Quadro sinótico	526
	Questões aplicativas	528

VIII. Sujeitos do Delito – Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica

	Doutrina.....	530
1.	Sujeitos ativo e passivo.....	530
2.	A problemática da responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	531
2.1	Considerações de ordem dogmática e político-criminal.....	532
2.2	Principais sistemas de responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	542
2.2.1	O sistema inglês.....	542
2.2.2	O sistema francês.....	545
2.2.3	O sistema espanhol.....	551

2.3 A previsão da responsabilidade penal da pessoa jurídica no Direito brasileiro	555
Quadro sinótico	561
Questões aplicativas	562
IX. Concurso de Pessoas	
Doutrina	564
1. Autoria e participação	566
1.1 Teorias	566
1.2 Requisitos	567
1.3 Divisão	567
2. Autoria e coautoria	568
2.1 Conceitos de autor	568
3. Participação	574
3.1 Conceito	574
3.2 Elementos e espécies de participação	575
4. Punibilidade no concurso de pessoas	577
5. Circunstâncias incomunicáveis	577
6. Atuação em nome de outrem	578
Quadro sinótico	580
Questões aplicativas	582
X. Unidade e Pluralidade delitiva (Concurso de Delitos)	
Doutrina	583
1. Sistemas	588
2. Concurso material ou real	589
3. Concurso formal ou ideal	591
4. Crime continuado	592
5. Multas no concurso de delitos	596
Quadro sinótico	597
Questões aplicativas	598
XI. Teoria das Circunstâncias	
Doutrina	599
1. Circunstâncias judiciais	602
2. Circunstâncias legais	602
2.1 Circunstâncias agravantes	602
2.1.1 Reincidência	604
2.1.2 Motivo fútil ou torpe	606
2.1.3 Conexão	606

2.1.4	Traição, emboscada, dissimulação.....	607
2.1.5	Meio insidioso ou cruel.....	607
2.1.6	Crime contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.....	608
2.1.7	Abuso nas relações de dependência, intimidade ou hospitalidade ou com violência contra a mulher.....	609
2.1.8	Abuso de poder ou violação de dever.....	611
2.1.9	Crime contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida.....	611
2.1.10	Ofendido sob proteção da autoridade.....	612
2.1.11	Calamidade pública ou desgraça particular.....	612
2.1.12	Embriaguez preordenada.....	613
2.1.13	Agravantes no concurso de pessoas.....	613
2.2	Circunstâncias atenuantes.....	614
2.2.1	Menoridade e velhice.....	617
2.2.2	Desconhecimento da lei.....	617
2.2.3	Motivo de relevante valor social ou moral.....	618
2.2.4	Arrependimento.....	618
2.2.5	Coação resistível, cumprimento de ordem de autoridade superior ou influência de violenta emoção.....	619
2.2.6	Confissão espontânea.....	619
2.2.7	Influência de multidão em tumulto.....	619
3.	Causas de aumento e de diminuição de pena.....	620
4.	Qualificadoras.....	620
	Quadro sinótico.....	621
	Questões aplicativas.....	622

Terceira Parte – Consequências Jurídicas do Delito

I. Teoria dos Fins da Pena: Considerações Gerais

Doutrina.....	626
1. Conceito.....	626
1.1 Teorias absolutas.....	627
1.2 Teorias relativas.....	629
1.3 Teorias unitárias ou ecléticas.....	635
Quadro sinótico.....	639
Questões aplicativas.....	640

II. Penas Privativas de Liberdade

Doutrina.....	642
---------------	-----

1. Sistemas penitenciários	645
2. Reclusão e detenção	648
3. Regimes penais.....	649
4. Regime inicial.....	652
5. Regime especial.....	655
6. Progressão e regressão	655
7. Regime disciplinar diferenciado	658
8. Exame criminológico	659
9. Direitos e deveres do preso	660
10. Trabalho prisional	663
11. Remição	664
12. Detração.....	667
13. Limite das penas.....	669
Quadro sinótico	670
Questões aplicativas	672
III. Penas Restritivas de Direitos	
Doutrina	674
1. Espécies de penas restritivas de direitos	679
1.1 Prestação pecuniária.....	680
1.2 Perda de bens e valores	680
1.3 Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas	681
1.4 Interdição temporária de direitos	683
1.5 Limitação de fim de semana	687
2. Substituição	688
3. Conversão	691
Quadro sinótico	695
Questões aplicativas	696
IV. Pena de Multa	
Doutrina	697
1. Conceito.....	698
2. Natureza jurídica.....	699
3. Antecedentes históricos	701
3.1 Direito Penal grego, romano e germânico.....	701
3.2 Direito Penal medievo	703
4. A multa penal no Direito brasileiro.....	704
5. Sistemas de cominação da multa penal.....	709
5.1 Sistema clássico de multa	709

5.2	Sistema temporal de multa	710
5.3	Sistema de dias-multa	711
6.	Multa e pena privativa de liberdade de curta duração	714
7.	A pena de multa em face da Lei 9.268/1996	718
	Quadro sinótico	720
	Questões aplicativas	721

V. Determinação da Pena

	Doutrina	723
1.	Determinação da pena	725
1.1	Conceito e sistemas	725
1.2	Individualização legal, judicial e executória	727
2.	Fixação da pena	730
2.1	Fixação da pena privativa de liberdade	732
2.2	Fixação da pena de multa	736
	Quadro sinótico	737
	Questões aplicativas	739

VI. Suspensão Condicional da Pena

	Doutrina	741
1.	Conceito e natureza jurídica	743
2.	Sistemas	743
3.	Requisitos	745
4.	Espécies	746
5.	Condições	747
6.	Período de prova	748
7.	Revogação	749
8.	Prorrogação	750
9.	Extinção	750
	Quadro sinótico	750
	Questões aplicativas	752

VII. Livramento Condicional

	Doutrina	753
1.	Conceito e natureza jurídica	755
2.	Requisitos	756
3.	Concessão	759
4.	Condições	760
5.	Revogação	760

6. Prorrogação	762
7. Extinção da pena	762
Quadro sinótico	762
Questões aplicativas	764

VIII. Efeitos da Condenação e Reabilitação

Doutrina	765
1. Efeitos da condenação	765
1.1 Conceito	765
1.2 Efeitos secundários penais	766
1.3 Efeitos secundários extrapenais	767
1.3.1 Genéricos	767
1.3.2 Específicos	769
2. Reabilitação	771
2.1 Conceito	771
2.2 Condições	773
2.3 Requisitos	774
2.4 Efeitos	774
2.5 Revogação	775
Quadro sinótico	775
Questões aplicativas	777

IX. Medidas de Segurança

Doutrina	780
1. Conceito	785
2. Natureza jurídica	786
3. Pena e medida de segurança	787
4. Sistemas	787
5. Princípio da legalidade	788
6. Pressupostos de aplicação das medidas de segurança	789
6.1 Prática de fato punível	789
6.2 Periculosidade do autor	789
6.3 Ausência de imputabilidade plena	790
7. Espécies	790
7.1 Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico	790
7.2 Tratamento ambulatorial	791
8. Locais de internação e tratamento	792
9. Duração das medidas de segurança	792
9.1 Início da execução	792

9.2	Prazo mínimo	793
9.3	Prazo máximo	793
10.	Exame de verificação da cessação de periculosidade	794
11.	Desinternação ou liberação condicional	795
12.	Medida de segurança substitutiva	795
12.1	Semi-imputabilidade	795
12.2	Superveniência de doença mental	795
12.3	Duração da medida de segurança substitutiva	796
13.	Extinção da punibilidade e medidas de segurança	796
14.	Direitos do internado	797
	Quadro sinótico	797
	Questões aplicativas	799

Quarta Parte – Punibilidade e Causas de Extinção

I. Condições Objetivas de Punibilidade e Escusas Absolutórias

Doutrina	805
1. Condições objetivas de punibilidade	805
1.1 Definição e natureza jurídica	807
1.2 Enumeração e efeitos	808
2. Escusas absolutórias	809
2.1 Conceito e denominação	810
2.2 Natureza jurídica	810
3. Escusas absolutórias e condições objetivas de punibilidade	811
4. Comportamento pós-delitivo positivo	812
Quadro sinótico	815
Questões aplicativas	816

II. Causas de Extinção da Punibilidade

Doutrina	817
1. Morte do agente	819
2. Anistia, graça e indulto	820
3. <i>Abolitio criminis</i>	821
4. Renúncia	822
5. Perdão do ofendido	823
6. Perdão judicial	824
7. Retratação	826
8. Decadência e preempção	826
9. Prescrição	828

9.1	Prescrição da pretensão punitiva	828
9.2	Prescrição da pretensão executória.....	833
9.3	Prescrição superveniente.....	834
	STJ – Súmulas	835
	Quadro sinótico	835
	Questões aplicativas	837
III.	Ação Penal	
	Doutrina.....	839
1.	Ação penal: conceito e fundamento.....	839
2.	Espécies de ação penal.....	842
2.1	Ação penal pública	843
2.1.1	Ação penal pública incondicionada.....	843
2.1.2	Ação penal pública condicionada	845
2.1.2.1	Representação do ofendido	845
2.1.2.2	Requisição do Ministro da Justiça.....	848
2.2	Ação penal privada	849
2.2.1	Ação penal exclusivamente privada.....	851
2.2.2	Ação penal privada personalíssima.....	851
2.2.3	Ação penal privada subsidiária da pública.....	851
3.	Princípios da ação penal	852
3.1	Princípio da oficialidade.....	852
3.2	Princípio da indisponibilidade	852
3.3	Princípio da obrigatoriedade	852
3.4	Princípio da indivisibilidade	853
3.5	Princípio da intranscendência.....	854
4.	Ação penal nos crimes complexos.....	854
5.	Ação penal e Juizados Especiais Criminais.....	854
	Quadro sinótico	857
	Questões aplicativas	858
	Índice Alfabético-remissivo	859
	Outras obras do Autor	875